

CRISE DO CÂNONE, CRISE DA FILOSOFIA¹

CANON CRISIS, PHILOSOPHY CRISIS

Natalia Mendes Teixeira²

Resumo: A crescente diversidade de escritos críticos ao cânone filosófico é produto de uma crise metafilosófica. As respostas a essa crise seguem três caminhos alternativos: *manter*, *implodir* ou *revisar* o cânone filosófico. Nessa conferência, eu discuti o papel da abordagem revisionista na reconstrução da historiografia da filosofia e na ampliação do cânone argumentando que o estado atual da discussão nos direciona para uma *revisão* permanente do cânone em vez da sua *implosão* ou *manutenção*. O projeto revisionista contribui para a reconstituição histórica do legado intelectual das mulheres filósofas, por exemplo, sem que se reduza o caráter histórico do ato filosófico como um exercício intelectual de uma comunidade epistêmica, dialógica e trans-histórica levando a história da filosofia a se apropriar dos objetos da filosofia sem abdicar do seu conteúdo ou distanciar-se do seu passado e da sua devida justificação metafilosófica.

Palavras-chave: cânone, revisão, filósofas, história da filosofia

Abstract: *The increasing diversity of critical writings on the philosophical canon results from a metaphilosophical crisis. The crisis has taken three main directions: maintaining, imploding, or revising the philosophical canon. This paper examines the role of the revisionist approach in reconstructing the historiography of philosophy and expanding the canon. The current discourse suggests a shift toward a continuous revision of the canon rather than its preservation or implosion. The revisionist project plays a crucial role, for instance, in recovering the intellectual contributions of women philosophers while preserving the historical character of the philosophical activity as an intellectual compromise with an epistemic, dialogical, and trans-historical community. This approach enables the history of philosophy to appropriate the objects of philosophy without losing its content or alienating itself from its past and accurate metaphilosophical justification.*

Keywords: *canon, revision, women philosophers, history of philosophy*

¹ O presente texto foi preparado para a ocasião do IV Colóquio Internacional de Pesquisa em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina que teve por tema *Do Fim do Mundo à Fabulação de Mundos Possíveis: O que a Filosofia tem a dizer sobre as crises?* Ele foi discutido na forma que se encontra acrescido das referências e notas de rodapé.

² Pesquisadora do Programa Pós-Doutorado Nota 10 (PDR-10) financiado pela FAPERJ no PPGLM/UFRJ. Pesquisadora de Pós-Doutorado no PPGE/UFRJ com bolsa CAPES. E-mail: natalia.nmt@gmail.com.

1. Introdução

A filosofia alemã do século XIX, especialmente a partir da década de 1840, após a morte Hegel em 1831, foi atravessada por uma *crise de identidade* catalisada pelo solapamento da filosofia da natureza (*Naturphilosophie*), pelo recrudescimento e ascensão epistêmica das ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) levando à consequente deslegitimação do idealismo alemão, à derrocada do sistema hegeliano e do programa fundacionalista. Essa *crise de identidade*³ prevalece até o final do século e mobiliza todo filósofo em atividade a responder *qual é o papel, quais são os métodos e quais são os objetos* que restam à filosofia diante do incontestável avanço das ciências da natureza. A derrocada do programa fundacionalista, segundo o qual a filosofia seria a fundadora, sistematizadora e guardiã da ciência, significava agora que a filosofia já não possuía um *método* próprio e autojustificável e a ascensão das ciências empíricas significava, por sua vez, que ela também não possuía um *objeto* próprio e autoevidente. A crise intelectual tomou a proporção de uma crise institucional: qual, afinal, é o lugar da filosofia na divisão do trabalho acadêmico? A filosofia passa a ser definida por diferentes escolas como lógica ou teoria das ciências, como crítica, como metafísica, como epistemologia, como ciência da normatividade ou como visão de mundo (Beiser, 2017). A crise do século dezenove foi um dos momentos mais férteis e produtivos da filosofia alemã oitocentista, não obstante as nossas investigações sobre esse período circularem ao redor de uma única figura quase mística e heróica, a figura de Hegel, o que aconteceu de mais filosoficamente produtivo e duradouro neste século ocorre nessa segunda metade.

A crise da filosofia possui hoje novos termos. O objeto da disputa não é mais a relação da filosofia com as ciências empíricas e sua devida justificação epistêmica, mas a conflituosa relação da filosofia com a sua própria história e sua devida justificação metafilosófica. O que implica discutirmos o problema que a sua própria história levanta para a filosofia e convoca-nos a uma reavaliação das diferentes formas de acesso a essa história pesando-se a dicotômica relação estabelecida entre os operadores texto e contexto; forma e conteúdo; autoria e argumento; tema e problema.

A conjuntura dessa crise possui duas camadas. A primeira convoca-nos a responder, uma vez mais, qual é, afinal, *a relevância filosófica da história da filosofia para o próprio ato filosófico* e convoca as discussões iniciadas, de um lado, por Bertrand Russell (1937), Wilfrid Sellars (1974) e Williamson (2007) e, de outro, por Martial Gueroult (1969), Quentin Skinner (1969), Richard Rorty (1984), Richard Watson (2002), Margaret J. Osler (2002), Aloysius Martinich (2003), Justin Smith

³ Como cunhada por Herbert Schnädelbach em seu *Philosophie in Deutschland 1831-1933* e reconstruída por Léo Freuler em seu *La Crise de la Philosophie Au xix^e Siècle* e por Frederick Beiser em seu *After Hegel*.

(2013) até a discussão recentemente revisitada por Christia Mercer (2019) na disputa entre contextualistas e presentistas. A segunda camada convoca-nos a repensar *os modos de contar essa história*. Ela está instaurada nas relações que a filosofia construiu materialmente com a sua própria história culminando, mais recentemente, em uma revisão feminista da história da filosofia, especialmente a partir das narrativas historiográficas de Mary Ellen Waithe (1987-1991), Margaret Atherton (1993), Mary Warnock (1996) e das discussões metodológicas introduzidas, para mencionar apenas algumas, por Eileen O’Neill (1997, 2005), Lisa Shapiro (2016; 2022; 2024), Sarah Tyson (2014), Sandrine Berges (2015) e Ruth Hagengruber (2015). Essa literatura investiga o fenômeno de supressão histórica sofrido pelas obras das filósofas e propõe uma reconstituição do seu papel e legado na formação da história da filosofia. O cânone filosófico passa a ser, a partir dessa literatura crítica ascendente, questionado em seu *conteúdo*, sua *forma* e seu *conceito*.

Essa não é, portanto, uma crise tão recente quanto nos possa parecer. A natureza, o valor, o legado e o objeto próprio da história da filosofia está há pelo menos meio século inteiro em ascendente discussão. Martial Gueroult (1969), um ponto de inflexão importante nessa discussão, em seu *The History of Philosophy as a Philosophical Problem* argumenta que para que a história da filosofia se tornasse um problema filosófico emergente como hoje nos é, precisávamos, contudo, que *ela existisse* e que *estivesse consolidada* – ou seja, que houvesse uma tradição e um voltar-se sobre ela – era necessário, assim, que houvesse tanto uma *história da filosofia* (um passado) como uma *historiografia* (um discurso sobre esse passado). Nesse mesmo texto, Gueroult cimenta uma distinção fundamental entre a filosofia e a história. A história e a filosofia são disciplinas diferentes não apenas porque possuem *objetos, métodos e problemas distintos* como também porque são motivadas por *duas formas distintas de aspiração à verdade*. A verdade histórica busca a reconstrução exata e autêntica de um fato ou de uma série de fatos do passado – no caso específico da história da filosofia trataria, portanto, da reconstrução de doutrinas filosóficas do passado investigando-se o que chamamos de verdades *contingentes, temporais* e *imanentes*. A verdade filosófica, em contrapartida, seria *universal, atemporal* e *historicamente transcendente* cuja validade não estaria condicionada ao contexto histórico e cujo objeto reivindicaria validade extratemporal.

Um conjunto de objeções pode ser apresentado à essa distinção. A verdade filosófica é também uma verdade histórica na medida em que se desenvolve no tempo histórico. A enunciação do conteúdo interno da filosofia reproduz e perpetua o seu próprio passado. A história da filosofia opera na intersecção entre essas formas de verdade. Ela é constituída de problemas perenes e proposições atemporais inscritas, mas está integralmente relacionada tanto ao seu passado quanto ao seu presente – e, por isso, em certo sentido, a historiografia da filosofia é sempre

intrinsecamente anacrônica. As formas que elegemos de acesso a essa história refletem os interesses do presente, de um lado; e, de outro, o nosso passado filosófico está presente mesmo nas nossas preocupações filosóficas aparentemente mais contemporâneas. Gueroult, ainda neste texto clássico, teria afirmado que: “os *objetivos* e os *métodos* da historiografia da filosofia variam cada vez que a filosofia concebe para si uma essência diferente” (Gueroult, 1969, p. 564). A filosofia e, conseqüentemente, a sua historiografia parece estar concebendo para si uma nova essência. Esta nova essência realoca o lugar da história e questiona a nossa narrativa sobre ela.

As perguntas que motivaram historicamente essa discussão permanecem, no entanto, em aberto e permeiam o nervo teórico da presente crise: como conciliar a historicidade da filosofia, que é imanente ao contexto histórico, com a verdade filosófica que o transcende? Se a verdade histórico-filosófica resulta da reconstrução exata e autêntica de uma série de doutrinas filosóficas do passado e, portanto, é contingente como conciliá-la com a verdade filosófica cujo objeto é de caráter universal e atemporal? O que devemos fazer é “apenas” história da filosofia ou também filosofia a partir da sua história? Afinal, os argumentos dos filósofos são verdadeiros apenas dentro ou também externamente aos seus contextos sociais e históricos de enunciação original? Se o problema da legitimidade da história da filosofia para a própria filosofia é resolvido ao postularmos seu próprio conteúdo de verdade, que conteúdo é esse? Ele é histórico ou filosófico? Ele é perene ou contingente? Ele é imanente ou transcendente à sua própria história? O que estamos fazendo quando dizemos que estamos fazendo história da filosofia? Qual a relevância da história da filosofia para a própria filosofia? Como essa história foi formada? Qual história da filosofia contamos e qual podemos contar? O que é o cânone e qual o seu valor para a história da filosofia? O cânone clássico não limita a história da filosofia muito mais do que a justifica e a expande? Quais foram os critérios históricos utilizados na formação do cânone? Quais devem ser os critérios filosóficos da sua reconstrução ou revisão? Há um método apropriado para cada período histórico ou para cada problema filosófico? Devemos defender um pluralismo metodológico ou deve haver apenas um método filosófico de investigação historiográfica? Onde estão as obras das mulheres filósofas e porque não as lemos? Qual método devemos usar para resgatar suas obras?

2. Crise da Filosofia, crise do cânone

A palavra *cânone* vem do grego e designa uma vara que serve como instrumento de medida. Um cânone é, podemos dizer, um conjunto de regras, normas ou modelos que serve para medir ou equiparar. O cânone eclesiástico é a mais influente expressão dessa representação. Ele designa um conjunto de regras ou leis decretadas por um círculo restrito de autoridades instituídas pela Igreja

culminando em um conjunto de livros históricos divinamente inspirados ou no contíguo de pessoas reconhecidas como imbuídas de autoridade divina. O cânone eclesiástico separa o sagrado do ordinariamente humano e detém uma natureza sagrada que deve ser preservada. Os textos sagrados e os santos canonizados são submetidos a alguma forma de rito de passagem que representa uma espécie de distinção e descontinuidade daquilo que é humano passando a compor o calendário dos santos, a hagiografia ou martirologio. O cânone eclesiástico é constituído por objetos ou seres reconhecidos como possuindo autêntica conexão com o divino. O indivíduo divinamente inspirado não pode ser destituído desse privilégio pelos homens comuns e passa a carregar uma autoridade incontestável e sobre-humana.

As figuras filosóficas canonizadas passaram por um processo formativo semelhante. Elas são reconhecidas como possuindo uma espécie de sentelha de genialidade disruptiva que as distingue. O filósofo canônico é um santo secular da filosofia cuja autoridade foi histórica e epistemicamente atribuída pelo impacto das suas ideias e pelo veredito duradouro da grandeza da sua influência. O cânone filosófico é produto de uma transplantação secular. O início do período moderno europeu foi marcado pelo esforço da demarcação entre a filosofia e a teologia. O cânone moderno nasce como alternativa secular à tradição teológica – substituindo-se a união particular com a inspiração *divina* pela união ímpar com a *razão*⁴. O cânone da filosofia passa a designar o rol de obras filosóficas escritas por filósofos e filósofas e um conjunto de modelos que serve para salvaguardar uma tradição de textos ou autores. Ele possui um valor filosófico, i.e., serve como parâmetro, expressão e medida daquilo que é propriamente filosófico; e um valor histórico na medida em que apresenta uma narrativa mais ou menos organizada e linear dos problemas, temas, querelas, métodos, obras e autores que compõem todo o *globus intellectualis* filosófico.

As figuras históricas que compõem o panteão filosófico não são canônicas porque responderam de forma decisiva às questões filosóficas perenes: “O próprio enredo que une os filósofos canônicos depende de eles terem cometido erros” (Shapiro, 2024, p.30). As respostas que eles oferecem às questões filosóficas clássicas em metafísica, ontologia e epistemologia – *o que é o ser e qual a natureza do conhecimento* – perduram em discussões que continuam definindo a nossa agenda filosófica contemporânea. As suas respostas, embora possam conter pontos cegos ou equívocos, direcionaram de forma decisiva o debate histórico. Os *erros* dessas figuras nos aproximam de respostas mais definitivas para questões duradouras oferecendo alternativas que geram alguma forma progresso ou representam pontos de inflexão sobre questões perenes.

⁴ A esse respeito conferir o excelente *Cânone, Gênero e Historiografia* (2024, p. 30) de Lisa Shapiro.

Os elementos formativos do cânone filosófico não são, contudo, estritamente filosóficos. A formação e recepção do cânone filosófico europeu do início da modernidade na comunidade norte-americana, um exemplo padrão de comunidade linguística e geográfica influente, culminou em uma compilação centrada em sete figuras históricas: Descartes, Espinoza, Leibniz, Locke, Berkeley, Hume e Kant. Essa lista é resultado de uma narrativa popularizada nos livros didáticos estadunidenses (Kuklick, 1984; Shapiro, 2024). Há que se investigar, evidentemente, as possíveis diferenças *entre o cânone inglês, francês, alemão e brasileiro* do mesmo período e as razões dessa formação. O fato desse conjunto de figuras constituírem o extrato superior do período recebe influência de uma demarcação geográfica e é essencialmente contingente. Uma representação reduzida do que *foi* a filosofia do período mediada por intempéries históricas.

Quais os critérios, então, definem uma *obra* como filosófica? Quais critérios a constituem como canônica? Ou seja, *o que deve* ser considerado propriamente filosófico? *O que deve* ser considerado canônico? Quais critérios definem um *escritor ou escritora* como um filósofo? Quais critérios o estabelecem como canônico? Ou seja, *quem* pode ser considerado um filósofo? *Quem* pode ser considerado canônico? Quais processos históricos elegeram Aristóteles, Kant e Hegel como filósofos canônicos? Uma definição comumente aceita é a de que uma *obra canônica* é uma obra *filosófica* que possui um expressivo valor histórico evidenciado pela permanência e premência da sua relevância ao longo da história. Um filósofo canônico, por sua vez, é geralmente reconhecido como aquele que escreveu um tratado filosófico autoral que apresenta questões de valor filosófico duradouro e perene.

Eu vejo pelo menos dois problemas nessa definição – que estou aqui tomando como uma definição geral. Primeiro, ela demarca um gênero literário específico como privilegiadamente filosófico; segundo, ela pode obscurecer o fato de que problemas filosóficos perenes são constituídos de historicidade e construídos ao longo de uma linha histórica⁵. O primeiro problema recebe duas objeções fundamentais. A primeira é que muitas filósofas e filósofos do passado não publicaram tão somente *tratados* – assim como não propuseram *sistemas* filosóficos. Elas e eles escreveram cartas, traduções críticas, introduções, prefácios, diários, poesias, diálogos e ensaios chegando a inaugurar novos gêneros literários. A segunda é que algumas filósofas – assim como filósofos pouco canônicos – estavam preocupadas com questões descartadas pelas histórias sinópticas padrão como tendo valor filosófico intrínseco – especialmente quando se debruçaram sobre questões políticas como o direito das mulheres à educação e o direito das mulheres ao divórcio. No entanto, as obras dessas filósofas mesmo quando se debruçaram sobre questões

⁵ Um argumento semelhante foi apresentado por Sarah Hutton (2014) em seu *From the Exclusion of Women to the Transformation of Philosophy: Reclamation and its Possibilities*.

metafísicas e epistemológicas mais clássicas diferiram do que era considerado filosófico não apenas na *forma* (como se faz filosofia) como também no *conteúdo* (o que é filosofia).

Heloise escreveu cartas, o trabalho de Christine de Pizan é, por vezes, autobiográfico e alegórico, Wollstonecraft escreveu romances filosóficos e panfletos, mesmo que com a envergadura e o extensão de obras completas, Simone de Beauvoir escreveu romances autobiográficos. No entanto, se o estilo e a forma literária condena o conteúdo filosófico de uma obra, diversos filósofos precisam abdicar do lugar de prestígio que ocupam no cânone filosófico – Nietzsche, Sartre, Camus, Wittgenstein. O trabalho de muitas dessas filósofas não foi considerado filosófico também porque, supostamente, os seus argumentos não eram verdadeiramente universais. Elas tratavam, muitas vezes, não da *natureza humana* universal, mas da *condição social das mulheres* (Warnock 1996, xxix–xxxiv). No entanto, diversas pesquisas têm discutido como as filósofas produziram filosofia do mais alto nível mesmo quando não tinham o direito político de exercê-la formalmente. Essa história só poderá ser contada a partir de uma revisão da historiografia da filosofia que nos permita recuperarmos os elos e as genealogias que conectam suas obras à história da filosofia e vinculá-las *por direito* à história para a qual contribuíram *de fato*.

As mulheres não podiam frequentar as instituições acadêmicas européias até, pelo menos, o final do século XIX, contudo, parte da filosofia moderna se desenvolveu, contudo, fora das universidades em conventos, retiros religiosos, cortes e salões frequentados por filósofas. A necessidade do reconhecimento do legado das filósofas deve-se ao fato de que as mulheres enfrentaram, ao longo de toda a história da filosofia, problemas de autoria: incluindo a prática compulsória da autoria anônima ou pseudônima que frequentemente levou a atribuições errôneas de autoria (Anne Conway), a acusações de plágio (Margaret Cavendish), à justificativa de que havia um filósofo homem por trás da confecção das suas obras (Émilie du Châtelet) (O'Neill, 1998, p. 33), à frequente mudança de sobrenomes a qual elas eram submetidas durante a vida familiar (Pollock, 2022)⁶ dificultando a atribuição correta da autoria e, por fim, devido à prática comum de figurarem como *ghost-writers* de seus maridos e mentores. As filósofas também receberam uma educação majoritariamente doméstica e informal recorrendo a estilos e formas literárias não reconhecidas como genuinamente filosóficas o que levou os escritos das filósofas a serem considerados não suficientemente filosóficos do ponto de vista histórico.

⁶ Este é um fenômeno pouco mencionado e foi recentemente discutido por Anne Pollock, a partir do caso de Dorothea Schlegel (1764-1839), em seu *Layers of Meaning, Layers of Telling: How German Women Intellectuals Constructed Female Identity* (2022).

3. As três respostas à crise do cânone: implosão, manutenção e revisão

As diferentes frentes contemporâneas de discussão do cânone parecem nos apresentar três caminhos: *manutenção*, *implosão* ou *revisão*. A primeira proporia manter e salvaguardar o cânone filosófico tradicional como ele está constituído. A segunda, implodi-lo sob a acusação, por exemplo, de perpetuar “*misoginia*” e “*racismo*”. A terceira propõe revisar, expandir e ampliar o cânone filosófico resgatando obras de mulheres filósofas das diferentes tradições de pensamento e continentes incluindo-se critérios como *gênero*, *raça* e *território* como categoria de análise. Eu denomino as duas primeiras de propostas anti-revisionistas e a última de proposta revisionista e argumento pela proposta revisionista por duas razões.

A primeira é que o princípio de *manutenção do cânone* – como princípio ordenador último e inalterável da narrativa histórica oficial – é, ele próprio, não-canônico. Ele reproduz a crença de que a história da filosofia é, como na clássica descrição crítica de Justin Smith (2013), um *repositório fechado e intocável de ideias congeladas no tempo e de argumentos* impressos em textos historicamente encerrados acessados de forma não arbitrária por inscrições linguísticas que revelam com exatidão irrepreensível os significados intencionados por seus emissores. O reconhecimento que falta a essa perspectiva é o do caráter textual e inscricional peculiar do nosso objeto de estudo que imprime certa dificuldade ao nosso exercício e de que estamos lidando com uma variedade de vestígios materiais do passado que exigem a reconstrução abrangente do passado histórico a partir da totalidade dos vestígios materiais que dispomos. A abordagem anti-revisionista ameaça o próprio conceito interno de cânone como um *processo aberto e em construção* e reproduz a imagem do cânone como um *repositório fechado* de ideias e argumentos apresentados por grandes heróis da história.

A abordagem anti-revisionista reproduz uma história autojustificável constituída pela genialidade ímpar dos seus protagonistas canônicos. Esta abordagem ignora, por consequência, que para compreendermos a formação das ideias de figuras canônicas e os pressupostos fundantes das suas respectivas obras precisamos reconstruir o papel desempenhado por *figuras historicamente menores*. Essas figuras menores desempenharam um papel na constituição das querelas que motivaram cada obra canônica em particular e cada autor em seu contexto histórico específico. Essa abordagem obscurece, portanto, o fato de que uma obra filosófica de grande expressão histórica representa um ponto de virada construído conjuntamente e coletivamente ao longo de um complexo processo histórico no qual não há protagonistas e antagonistas, mas figuras historicamente (mas não filosoficamente) maiores ou menores em relação a problemas filosóficos específicos. Como

argumenta Richard Rorty, os *picos da história* da filosofia devem ser lidos a partir das suas respectivas *depressões*.

A segunda razão para assumirmos uma proposta revisionista está baseada no fato de que a proposta de *implodir* o cânone limita o caráter historiográfico da filosofia e leva à desfiguração de um dos papéis, usos, funções e objetivos do cânone filosófico, qual seja: salvaguardar o que há de propriamente duradouramente filosófico na filosofia por meio da sua história. A implosão do cânone retira parte do próprio valor filosófico da história da filosofia dirimindo o caráter histórico do ato filosófico como o exercício de uma comunidade epistêmica, dialógica e trans-histórica. Uma história da filosofia sem cânone é uma história esvaziada de conteúdo *histórico e filosófico*. A estratégia da implosão leva a história da filosofia a desprender-se do seu próprio objeto, a abdicar do seu conteúdo e a afastar-se do seu próprio passado dirimindo sua própria justificação metafilosófica.

A terceira proposta para lidar com a atual crise do cânone é a proposta revisionista: revisar, expandir e *ampliar* o cânone filosófico. Uma das suas expressões mais recentes está instaurada no movimento metodológico que busca (re)construir uma história feminista da filosofia *tout court*, isto é, uma história da filosofia com recorte de gênero possibilitando *resgatar o cânone perdido* formado pela escrita das mulheres que produziram filosofia ao longo da história. Os esforços dessa abordagem está paulatinamente realocando a narrativa padrão da história da filosofia a partir de dois objetivos: (i) de um lado, pela pesquisa, análise e integração à formação histórico-causal do cânone de obras escritas *por mulheres*; e, de outro, (ii) pela análise crítica de obras escritas *sobre mulheres* construindo uma espécie de *cânone negativo* constituído pelas descrições dos filósofos sobre as mulheres (Witt e Shapiro, 2022). Essa estratégia ajuda-nos a questionar que tipo de envolvimento feminista, isto é, propriamente filosófico e, ao mesmo tempo, não gênero-excludente, com a história da filosofia continua possível. Uma vez que o apagamento das obras das filósofas tornou a história da filosofia *menos* filosófica, uma historiografia da filosofia pautada na exclusão por gênero é, para dizer o mínimo, uma historiografia da filosofia *ruim*.

A abordagem revisionista também nos permite argumentar, por exemplo, por que as filósofas e suas obras ainda interessam à filosofia e por que as mulheres filósofas deveriam contribuir para uma história da filosofia que não se interessou em preservar o seu legado intelectual. A recuperação dessa *história perdida* pode iluminar o nosso exercício filosófico e transformar a nossa relação com a história da filosofia. O contato com essas fontes pouco exploradas tem nos colocado diante de novas formas de *pensar* e de *fazer* filosofia. O nosso desafio é metafilosófico na medida em que não poderemos questionar o *conteúdo da história da filosofia* sem provocar o que reconhecemos como constituindo a sua *natureza*.

4. Conclusão

A proposta revisionista parte do pressuposto de que a história da filosofia não é uma história para a qual as mulheres filósofas não contribuíram e permite não apenas identificarmos uma crise no cânone como instaurarmos e estimularmos um estado permanente de crise como parte do exercício filosófico com recurso à história da filosofia. A crise do cânone, que aqui apresentei apenas uma das suas camadas, convoca-nos a questionarmos e dessacralizarmos o cânone reconstruindo a narrativa oficial da história da filosofia. A história da filosofia que contamos e discutimos nos nossos cursos de filosofia é uma história de *aclives* e *ápices* mais do que de *declives* e *depressões*. O resultado é, de um lado, a celebração de grandes personalidades da história das ideias beneficiados pelos processos de recepção e legitimação epistêmica e, de outro lado, o obscurecimento da figura de filósofos e filósofas que apresentaram contribuições filosóficas; mas não gozaram da mesma fortuna histórica.

A presente crise aponta, portanto, não somente para uma crise ética ou política, mas para uma crise filosófica que convoca a uma tarefa metafilosófica, qual seja: respondermos, outra vez e uma vez mais *qual é a natureza e o papel da história da filosofia e quais os modos de se contar essa história*. A urgência social da nossa tarefa de resgatar as contribuições de filósofas pode obscurecer o fato de que o resgate e o questionamento do cânone perdido é também, mas não é apenas, uma tarefa ético-social e política que busca romper o silenciamento e o apagamento histórico de um grupo social minoritário inteiro e sua identidade narrativa e intelectual; é também, e talvez antes de tudo, uma tarefa metafilosófica que deve responder sobre *o que é filosofia, qual é o seu papel e o que estamos fazendo quando dizemos que estamos fazendo história da filosofia*.

Referências bibliográficas

- ATHERTON, Margaret. **Women Philosophers of the Early Modern Period**, Indianapolis: Hackett Publishing Co, 1994.
- BEISER, Frederick. **Depois de Hegel**. São Leopoldo: Unisinos, 2017.
- EBBERSMEYER, Sabrina. From a ‘memorable place’ to ‘drops in the ocean’: on the marginalization of women philosophers in German historiography of philosophy. **British Journal for the History of Philosophy**, v. 28, n. 3, p. 442-462, 2019.
- GARBER, Daniel. Superheroes in the History of Philosophy: Spinoza, Super-Rationalist. **Journal of the History of Philosophy**, p. 507-521, 2015.

- _____. What's philosophical about the history of philosophy. In.: SORREL, ROGERS, G. A. J. (Orgs.). **Analytic Philosophy and History of Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 129-146.
- GUEROULT, Martial. The History of Philosophy as a Philosophical Problem. **The Monist**, vol. 53, n. 4, p. 563-587, 1969.
- _____. O problema da legitimidade da História da Filosofia. **Revista de História**, v. 37, n. 75, p. 189, 1968.
- HAGENGRUBER, Ruth. Cutting Through the Veil of Ignorance: Rewriting the History of Philosophy. **The Monist**. v. 98, n. 1, p. 34-42, 2015.
- KLEIN, Julie. The Past and Future of the Present. **Hungarian Review of Philosophy**, v. 66, n. 1, p. 35-49, 2022.
- KUKLICK, Bruce. Seven thinkers and how they grew: Descartes, Spinoza, Leibniz; Locke, Berkeley, Hume; Kant. In.: RORTY, R.; SCHNEEWIND, J. B.; SKINNER, Q. (Eds.). **Philosophy in History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 125-240.
- LÆRKE, Mogens; SMITH, Justin Eric Halldór; SCHLIESSER, Eric (Orgs.). **Philosophy and its history: aims and methods in the study of early modern philosophy**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2013.
- MARTINICH, Aloysius. Philosophical History of Philosophy. **Journal of the History of Philosophy**, v. 41, n. 3, p. 405-407, 2003.
- MERCER, Christia. The Contextualist Revolution in Early Modern Philosophy. **Journal of the History of Philosophy**, v. 57, n. 3, p. 529-548, 2019.
- O'NEILL, Eileen. Early Modern Women Philosophers and the History of Philosophy. **Revista Hypatia**, v. 20, n. 3, p. 185-197, 2005.
- _____. Disappearing Ink: Early Modern Women Philosophers and Their Fate in History. In.: KOURANY, Janet. **Philosophy in a Feminist Voice**. Princeton University Press, p. 17-62, 1997.
- OSLER, Margaret. The History of Philosophy and the History of Philosophy. **Journal of the History of Philosophy**, v. 40, n. 1, p. 529-533, 2002.
- POLLOK, Anne. Layers of Meaning, Layers of Telling: How German Women Intellectuals Constructed Female Identity. **The Official Blog of the American Philosophical Association**, APA Blog, 2022.
- RORTY, Richard; SCHNEEWIND, Jerome Borges; SKINNER, Quentin (Orgs.). **Philosophy in history: essays on the historiography of philosophy**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1984.
- RUSSELL, B. **A critical exposition of the philosophy of Leibniz**. New York: Routledge, 2005.
- SELLARS, Wilfrid. **Essays in Philosophy and Its History**. D. Reidel: Dordrecht, 1974.
- SCHNÄDELBACH, Herbert. **Philosophie in Deutschland, 1831-1933**. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.

- SHAPIRO, Lisa. Cânone, Gênero e Historiografia. In.: PUGLIESE, N.; SECCO, G.; OLIVEIRA, B. **Vozes: Mulheres na História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2024.
- _____. Revisiting the Early Modern Philosophy Canon. **Journal of the American Philosophical Association**, v. 2, n. 3, p. 365-383, 2016.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, 1969.
- TYSON, Sarah. From the Exclusion of Women to the Transformation of Philosophy: Reclamation and its Possibilities. **Metaphilosophy**, v. 45, n. 1, p. 1-19, 2014.
- WAITHE, Mary Ellen. From Canon Fodder to Canon-Formation: How Do We Get There from Here?. **The Monist**, v. 98, n. 1, p. 21-33, 2015.
- _____. **A History of Women Philosophers (Volumes 1–3)**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishing, 1987–1991.
- WARNOCK, Mary. **Women Philosophers**. London: J. M. Dent, 1996.
- WATSON, Richard Allan. What is the History of Philosophy and Why is it Important?. **Journal of the History of Philosophy**, v. 40, n. 1, p. 525-528, 2002.
- WILLIAMSON, Timothy. **The philosophy of philosophy**. Oxford: Blackwell, 2007.
- WITT, Charlotte; SHAPIRO, Lisa. Feminist History of Philosophy. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminism-femhist/>. Último acesso em 12 de maio de 2022.